



RESOLUÇÃO Nº 15 , de 16 de Março de 2016.

Delibera sobre a Reconstituição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e da outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE CARAGUATATUBA - COMDEFI, em reunião ordinária realizada no dia, 16 de Março de 2016, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 1892, de 02 de Outubro de 2010, Lei nº 2026, de 12 de Junho de 2012 e Lei 2.271, de 1º de Março de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Reconstituir Comissões Permanentes no âmbito do Conselho, e atribuir competências a:

a)- Comissão de Inscrição de Associações e análise de processos de Denúncia e

b)- Comissão de Orçamento e acompanhamento de ações com recursos do Fundo da Pessoa com Deficiência e dos Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso com investimento público.

Art.2º - A Comissão de Inscrição de Associações e análise de processos de Denúncia passa a ser composta dos seguintes conselheiros:

- Hilde Lyria, membro da Sociedade Civil

- Danielle Barros Tavares Valentim, membro do Poder Público

- Márcia Alves Miguel – membro do Poder Público

-Zenaide de Souza Bicudo Vernizzi – Poder Público, administração indireta;

Art. 3º - A Comissão de Inscrição de Associações e Análise de Processos de Denúncia terá como competência,

- I- Receber Processos de Pleito de Inscrição de Entidades/Associações/Programas/Serviços e/ou de Pleitos de Manutenção de inscrições anteriormente concedidas, após a juntada de documentos constantes da Resolução 01/2012

no Artigo nº 14, analisando os processos de inscrição a fim de emitir parecer subsidiando o colegiado de sua decisão, amparada as legislações em vigor.

- II- Os Pleitos de manutenção das inscrições anteriormente concedidas serão analisados a partir dos documentos solicitados no Art. 19, inciso I, e II, da Resolução nº01/2012.
- III- Os Processos de Denúncia deverão estar instruídos de materialidade e indícios que permitam a tomada de providências. Devendo a comissão se articular com órgãos de atendimento a fim de referenciar e encaminhar a situação para procedimentos cabíveis subsidiando o colegiado para sua decisão.
- IV- Receber informações para tomada de conhecimento das ações em gestão entre a SEPEDI e outros órgãos da administração no atendimento às pessoas com deficiência, inscrevendo essas ações, sua periodicidade, e recebendo relatórios (qualitativos e quantitativos) elaborados pelos técnicos. Estabelecer periodicidade para o recebimento do relatório.
- V- Definir seu coordenador e relator, cabendo ao coordenador a vigilância quando aos prazos para conclusão de seus trabalhos e ao relator redigir o documento de conclusão de seus trabalhos para apresentação ao colegiado.
- VI- A Comissão terá como prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogados por mais um período de 30 (trinta) dias, justificando sua proposição, desde que deliberado pelo colegiado o novo prazo.

Art. 4º - A Comissão de Orçamento, Acompanhamento de Ações com Recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e Programas/Projetos/Serviços da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do idoso, passa a ser composta dos seguintes conselheiros:

- Luciane Maria Molina Barbosa; membro do Poder Público
- Odair Restani Valentim, membro da Sociedade Civil
- Benedito Aparecido da Silva – membro da Sociedade Civil
- Keiko Simon Ushiwata- membro do Poder Público

Art. 5º - A Comissão de Orçamento, Acompanhamento de Ações com Recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e dos Programas/Projetos/Serviços da

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do idoso, terá como competência:

- I- Receber e montar processo de acompanhamento dos Programas/Projetos em Execução, municiados do Termo de Convênio e/ou Contrato de Prestação de Serviços, Plano de Ação (Planilha de Despesas e Cronograma de Desembolso); tendo em vista seu caráter fiscalizador e
- II- Estabelecer periodicidade de recebimento e análise dos documentos acima referidos, podendo requisitar informações, documentos e/ou outros que possam elucidar quaisquer dúvidas,
- III- Solicitar e receber da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do idoso, SEPEDI, informações que forem necessárias para desempenho de suas atribuições, e esclarecedoras visando subsidiar seu parecer.
- IV- Solicitar aos órgãos pública legislação em que figure destinação de recursos ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, visando seu acompanhamento.
- V- Solicitar aos órgãos competentes extratos da conta denominada Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência visando acompanhamento de sua movimentação. Remeter cópia dos documentos aos coordenadores financeiros do Fundo, membros da diretoria executiva do colegiado.
- VI- Definir seu coordenador e relator, cabendo ao coordenador a vigilância quando aos prazos para conclusão de seus trabalhos e ao relator redigir o documento de conclusão de seus trabalhos para apresentação ao colegiado.
- VII- A Comissão terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogados por mais um período de 30 (trinta) dias, justificando sua proposição, desde que deliberado pelo colegiado o novo prazo.

Art. 4º - Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação , revogando as anteriores, bem como as disposições em contrário, devendo ser encaminhada para publicação em veículo oficial de divulgação dos atos oficiais da Prefeitura de Caraguatatuba.

Odair Restani Valentim
Presidente do COMDEFI